

# Os farmacêuticos e os números do SUS

Lérida Maria dos Santos Vieira,  
Secretária-geral do Conselho Federal de Farmácia

Uma pesquisa realizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 71 países, com o objetivo de traçar o perfil dos seus sistemas públicos de saúde, revelou algo preocupante: a dificuldade de acesso ao medicamento atinge 78% da população brasileira. O problema revela o descumprimento de um preceito constitucional, segundo o qual o acesso à saúde é um direito de todos e dever do Estado. Ora, medicamento é um item indispensável na prevenção e recuperação da saúde.

A pesquisa, realizada, de janeiro a setembro de 2003, envolveu cinco mil famílias brasileiras de todas as regiões do País e de todas as classes sociais. Constatou, ainda, que 74% dos brasileiros são totalmente dependentes do Sistema Único de Saúde (SUS), ou seja, não dispõem de nenhum plano privado de saúde. Para essas pessoas, a falta de acesso aos medicamentos é o principal motivo de sua insatisfação com a assistência ambulatorial pública.

Quando o Ministério da Saúde, com o apoio do Conselho Nacional de Saúde, realizou, em setembro de 2003, a 1ª Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica, os participantes do evento (gestores do SUS, profissionais de saúde, em maior número farmacêuticos, e usuários do SUS), discutiram, votaram e aprovaram, na plenária, várias propostas focadas no problema do acesso aos medicamentos.

Uma delas merece destaque, neste artigo. É a que pede o acesso do usuário e das administrações municipais a medicamentos seguros, eficazes, produzidos com qualidade, de acordo com a necessidade local, com regularidade, suficiência e orientação para o uso correto.

Segundo esta proposta, para garantir o acesso, são necessárias a implantação e a organização dos serviços farmacêuticos, a contratação e a capacitação de pessoal necessário aos serviços. São necessários, também, a educação do usuário, o desenvolvimento científico e tecnológico e o financiamento, inclusive para a estruturação dos serviços.

É impressionante como todas e quaisquer pesquisas feitas sobre o SUS aponta para o mesmo resultado: os medicamentos e os serviços farmacêuticos são os itens que mais afligem a população usuária do Serviço. Acontece que quase 80% dos brasileiros têm no SUS o único meio para resolver os seus problemas de saúde. E quando saem do médico com a receita à mão, esbarram no vazio representado pela falta de medicamentos e dos serviços prestados pelo farmacêutico.

O Governo precisa ficar mais atento ao que revelam as pesquisas. Esses não são números frios. Eles retratam o desespero e a grita da maioria da população brasileira. Está muito claro que às autoridades



Lérida Vieira, Secretária-geral do CFF

de saúde não interessa mais que encontrar meios que possam colocar o medicamento diretamente na mão do paciente. E só.

Ora, o que é o medicamento sem a correspondente orientação do farmacêutico? O que é um sistema público de saúde sem os diversos serviços farmacêuticos? Não cabe mais na cabeça de ninguém a idéia de que o farmacêutico seja prescindível ao serviço público, ou que ele custa caro ao Serviço.

Caros são os desperdícios de medicamentos, a não adesão ao tratamento por falta de orientação (o fato gera o retorno dos pacientes ao médico, muitas vezes com o quadro agravado, necessitando de internação). Caro é, ainda, o uso abusivo (e não racional) do medicamento. Dizer que o SUS, qualquer que seja o motivo, pode funcionar sem a assistência do farmacêutico, é uma estapafúrdia, um atraso tão grande quanto os prejuízos que a sua ausência tem gerado.

Sobre uma coisa não levantamos dúvida: se o farmacêutico estivesse no SUS, ocupando os espaços que deveriam ser dele, fazendo o que ele sabe e pode e quer fazer, os números pessimistas revelados pela pesquisa da OMS seguramente não seriam menores.